

## REPORTAGEM ESPECIAL

A venda de terras que seriam destinadas à reforma agrária virou um negócio rentável, apesar de ilegal, nos assentamentos do Estado

# ASSENTAMENTOS ATÉ POLICIAL VIRA SEM-TERRA



Enquanto Sebastiana dos Reis vive em uma barraca, a terra com que sonha está nas mãos de um policial e de um empresário

RICARDO MEDEIROS



EDSON CHAGAS



RICARDO MEDEIROS

■ VILMARA FERNANDES  
vfernandes@redgazeta.com.br

As lágrimas descem por um rosto marcado pela poeira. Há sete anos Sebastiana Saldanha dos Reis, 49, vive às margens de uma estrada em uma barraca de lona. Lá aguarda o dia em que poderá ocupar um pedaço de terra. Uma espera que seria menor não fossem as irregularidades encontradas nos assentamentos, onde empresários e até policiais ocupam áreas destinadas aos sem-terra.

Nos 89 pontos de refor-

ma agrária no Estado pipocam todo tipo de desrespeito à legislação: descumprimento de contratos, comércio ilegal, funcionários públicos ocupando os lotes, invasão de áreas sociais e até pontos de tráfico e prostituição. Mas a principal irregularidade, e que impulsiona as demais, é a venda dos direitos de ocupação da terra.

Pelos oito hectares – em média – destinados a cada família chega-se a pagar mais de R\$ 150 mil. O valor muda de acordo com a lo-

calização e as benfeitorias. Há assentamentos que contam até com corretores para viabilizar as vendas. O problema acontece tanto em áreas do Movimento dos Sem-Terra (MST) quanto da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado (Fetaes).

#### POLICIAIS

Um dos casos mais gritantes está em Nova Safra, Cachoeiro. Lá, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), um dos lotes

foi comprado pelo policial rodoviário federal Gílio Lourencini Neto. Os vizinhos, incluindo Ademar Pereira de Jesus, líder do MST na região, confirmam a compra. “É dele, mas não mora aqui. Quem cuida é um sobrinho e um empregado”, revela.

O policial não pode ocupar a terra por ser um funcionário público. Não se enquadra no perfil da reforma agrária, voltado para famílias sem-terra acampadas, seus filhos, além de meeiros ou colonos. A área

pertencia ao assentado Leivindo Tomé, que a vendeu pouco antes de morrer.

Gílio diz que o proprietário é seu sobrinho – o colono Francisco Wanderlei Lourencini – e que há dez anos briga na justiça pela regularização. “O Incra já tem a nossa documentação”, assinala. Mas diante das denúncias de que o sobrinho poderia ser um “laranja”, o Incra já decidiu não regularizar a transferência.

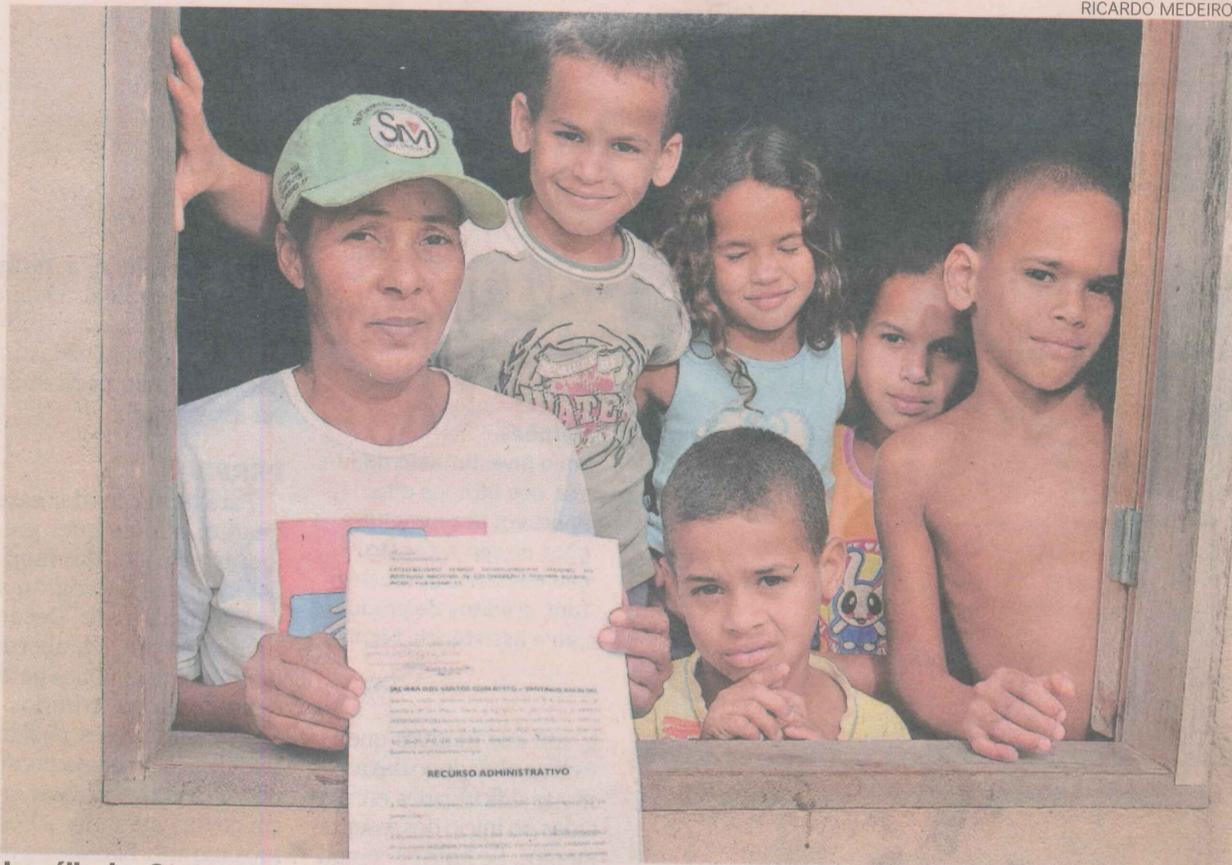
No mesmo assentamento – onde há nove pessoas notificadas de despe-

jo por irregularidades –, vive um outro policial. “Há aqui um militar estadual que comprou os direitos de três lotes”, relata Ademar. O PM não foi encontrado para falar sobre o assunto. Embora seja conhecido na comunidade, o Incra ainda não conseguiu notificá-lo.

#### EMPRESÁRIO

Em fevereiro deste ano, na região Norte, o empresário João Batista foi despejado com autorização da Justiça do assentamento Piranema, em Fundão.

AJ13562-2



RICARDO MEDEIROS

Juscélia dos Santos e seus cinco netos podem ser despejados da terra que comprou em São Mateus

O processo teve início em 2006, quando foi identificado que empregados cuidavam da terra e que o dono não residia no local, o que é proibido.

O curioso é que o empresário já era assentado desde 2000, quando assumiu uma área em Olinda II, Pinheiros. Em 2004 trocou a terra por uma outra em Fundão, com anuência do próprio Incra. “Se tivessem investigado meu CPF saberiam que eu era sócio em uma empresa”, assinala Batista.

**COMERCIANTE**

No Sul há o caso de João Sirley da Silva, dono de um comércio no centro de Guaçuí. É outro na mira do despejo por não morar na terra, cuidada por um empregado. Ele não quis dar entrevista, mas explicou que tem um filho em condições especiais e que não podia viver no local, onde faltavam de estradas a escolas. Confirmou que foi notificado pelo Incra, mas que só deixa a área após indenização.

A falta de acompanhamento e o descontrole nos assentamentos criou complicações sociais graves, cujas soluções legais parecem cruéis. Desde 2008, após modificações na legislação agrária, quem está irregular tem que ser despejado. É o que deve acontecer a Juscélia dos Santos, 49, e a seus cinco netos.

Ela largou a sofrida vida de meeira e gastou R\$ 60 mil emprestados para comprar um pedaço de chão em Georgina, São

— **“Se tivessem investigado meu CPF saberiam que eu era sócio em uma empresa”**

— **JOÃO BATISTA EMPRESÁRIO QUE EM FEVEREIRO DESTE ANO FOI DESPEJADO PELO INCRA DO ASSENTAMENTO PIRANEMA, EM FUNDÃO**

Mateus. “Comprei os direitos de alguém que tinha comprado de outro. Posso perder tudo”, desabafa.

Não muito diferente é a situação de Geni de Freitas, 27, moradora do Luiz Taliuly Neto, em Guaçuí, no Sul. Após ficar viúva, com quatro filhos, vendeu parte da terra. “O Conselho Tutelar me acusou de abandonar as crianças para cuidar da plantação”, relata. Hoje vive de favor na casa de outro assentado, mas quer construir uma casa no terreno que sobrou, o que não é permitido.

**AGROVILAS**

Outra fonte de problemas nos assentamentos são as agrovilas. Um modelo não mais utilizado, que implantou vilas que ficavam distantes das áreas de produção – algumas a mais de 10 quilômetros –, inviabilizando os cuidados com a lavoura. “Tudo o que

plantávamos era roubado”, conta Maria de Fátima Gomes, que reside no Luiz Taliuly Neto, em Guaçuí.

A maioria se transferiu para os lotes de produção e vendeu as casas da vila. O pior exemplo dessas transações é o Miragem, em Ecoporanga. O esquema foi tão violento que menos de 10% das 214 casas originais pertencem a assentados. “Comprei o direito de duas e montei um bar”, conta Antonio Pereira, 57, vizinho de outros comercios ilegais. Lá até igrejas invadiram as áreas sociais e doaram terras para a construção de casas.

**TRANSFERÊNCIA**

O assentamento foi tão desconfigurado – o que abriu espaço para pontos de tráfico e prostituição –, que o Incra tenta transferir a agrovila para o município. Vê assim uma forma de regularizar o restante das áreas de produção.

É a esperança que Adão Pionte alimenta. O meeiro há seis anos pagou R\$ 20 mil pelos direitos da terra onde instalou duas secadoras de café, uma farinha e um viveiro de mudas de café. “Vim para ficar”, afirma, sabendo que pode ser despejado.

O índice de abandono de terras nos assentamentos, com a venda irregular das propriedades, ultrapassa os 50%. Não poupou nem os históricos, como o Georgina, em São Mateus.

Ele foi o segundo assentamento a ser criado no Es-

tado, ainda na década de 80, após anos de luta que sacudiram a região Norte, com invasões de fazendas e mortes. José Rainha, uma das principais lideranças do MST, à época, foi condenado pela morte de um fazendeiro e um policial, em um clima de grande clamor.

**REVOLTA**

Para as 784 famílias que assim, como Sebastiana Saldanha dos Reis, ainda permanecem acampadas aguardando o momento de ocupar a tão desejada terrinha, o sentimento é de indignação. “Se não querem a terra, devolvam. Nós precisamos”, assinala a mulher que não desiste da luta, apesar das lágrimas de revolta.

Ela insiste em permanecer às margens da estrada de Imburana, interior de Ecoporanga, onde a encontramos. Lá o sofrimento não tem cerimônias. “Até para ir ao banheiro é preciso andar mais de um quilômetro”, conta a sem-terra que partilha o espaço com outras 25 famílias num acampamento cujo nome resume a luta de todos: Novo Sonho.

**PRÓXIMO DOMINGO**  
Os sem-terra bem sucedidos que já são grandes produtores

**agazeta.com.br**

/cidades. Galeria de fotos históricas, mapa com a localização e perfil dos assentamentos, vídeo com depoimentos dos assentados



RICARDO MEDEIROS

**Aposta**

Com o primo, Eguszeza Miguel Martins comprou os direitos de duas casas na agrovila do Miragem, em Ecoporanga. Por uma delas pagou R\$ 2 mil, onde instalou uma mercearia.

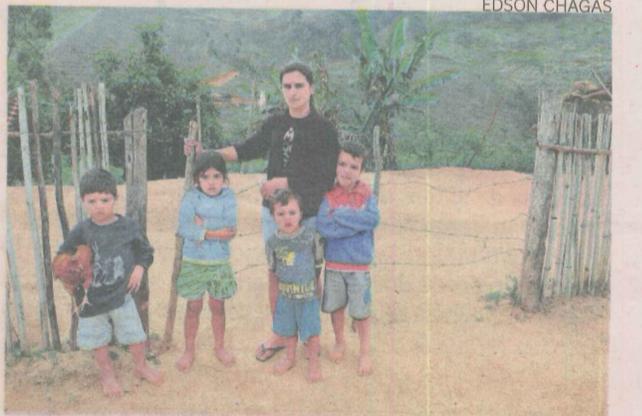
RICARDO MEDEIROS



**Esperança**

Há 7 anos Adão Pionte pagou R\$ 20 mil por uma área no Miragem, em Ecoporanga. Planta café, mandioca, investiu em secadoras, farinha e até em um viveiro, mas está irregular.

EDSON CHAGAS



**Desespero**

Viúva com quatro filhos, Geni de Freitas, 27, vendeu parte de seu terreno. Agora vive de favor na casa de um amigo, sem poder construir no que restou da terra, em Guaçuí, no Sul.

RICARDO MEDEIROS



**Engano**

Adão Pereira dos Santos constrói sua casa ao lado de uma igreja em Miragem, Ecoporanga. “O pastor permitiu”, conta. Os imóveis estão em áreas sociais, o que é considerado invasão.